

MAGISTRATURA UNIDA E FORTE

Eleição da Amagis confirma união e aprovação da gestão

Bruno Gontijo



Diretoria eleita da Associação com o presidente Herbert Carneiro e o ex-presidente Bruno Terra

Tiago Parrela



Homenagem à Amagis no plenário da ALMG



Encontro de confraternização foi prestigiado

O candidato a presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, foi eleito, no dia 4 de dezembro, em um processo eleitoral que foi marcado pela união da classe e aprovação da atual gestão, desde o registro de chapa única até a votação obtida, de 94% dos votos válidos. A mesma integração e apoio foram reafirmados no Encontro de Confraternização, que reuniu, no dia seguinte, em BH, cerca de 800 pessoas – magistrados, familiares e convidados – para celebrar as conquistas de 2015 e projetar as de 2016.

No dia 30 de novembro, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais homenageou a Amagis pelos 60 anos de história e pela importante parceria com o Poder Legislativo.

Páginas 3, 4 e 5

Herbert Carneiro faz
balanço em entrevista
Páginas 8 e 9

Personalidades receberão
medalha Guido de Andrade
Página 13

Conselho destaca avanços
do Amagis Saúde em 2015
Página 28

Confiança e apoio do Magistrado foram nossas maiores conquistas

HERBERT CARNEIRO*

Neste último editorial, tenho mais palavras de alegria e agradecimento a todos – diretoria, magistrados e funcionários – do que de despedida após três anos intensos de uma gestão democrática e participativa. Mais do que o término de uma etapa, construímos, juntos, uma obra de realizações e avanços que será incorporada ao elenco de conquistas da Amagis, em favor da defesa inarredável da independência e valorização da Magistratura mineira.

Abraçamos esse princípio, desde o primeiro até o último dia de atuação, porque se trata de um compromisso inegociável e intransferível. A coerência com essa causa foi, sem favor algum, um de nossos maiores legados junto de outras conquistas pela melhoria das condições de trabalho e de aperfeiçoamento e democratização do Judiciário. Temos a convicção de que dedicamos cada minuto, com exclusividade integral, à construção possível do Judiciário e da Magistratura que sonhamos e queremos.

O que fizemos, com os avanços obtidos, somente foi possível, antes de tudo, pela parceria primeira pactuada entre esta diretoria e os associados, razão maior de nossa gratidão e êxito. Sem a confiança, não haveria a participação e, sem essa, não haveria conquistas. Pautamos nossa ação com foco no Magistrado e em suas reivindicações por meio de uma gestão itinerante, buscando, identificando e auscultando as demandas da classe em cada uma das regiões do estado. Na capital e no interior, sempre investimos na união e integração pela importância da legitimidade que conferiram às nossas ações.

A fundamental unidade sempre foi um traço mineiro, que norteou a fundação da Amagis em Juiz de Fora e em Belo Horizonte. Por esse fundamento, ao longo de seis décadas, a Amagis trilhou sua trajetória não só na busca do reconhecimento e valorização da classe, mas também em favor do fortalecimento do Poder Judiciário.

A busca pelo aprimoramento e a defesa de outros importantes valores da sociedade não alteraram nossa vocação associativa e o sentido maior de nosso trabalho. Ampliamos e fizemos ver à sociedade, por meio de campanhas de valorização, a importância social da Magistratura para o estado de direito e a qualidade de vida.

Além dessa parceria com os Magistrados, outras se tornaram também importantes, e até inéditas, como a interlocução com os três Poderes, em especial o Tribunal de Justiça. Hoje, a Amagis é reconhecida como importantíssimo e fundamental braço político na defesa não só da Magistratura, mas de todo o Poder Judiciário. Em nossa gestão, demos ênfase a essa ação conjunta em favor do fortalecimento do Judiciário e agregando a defesa das prerrogativas da Magistratura, sua independência e valorização.

O Brasil da atualidade tem mostrado o quanto é importante investir, acreditar e dar importância à independência do Juiz como um dos pilares da democracia. Magistrado forte e independente é garantia de cidadania e de Estado de Direito Democrático sólido.

Ao longo desses três anos, contribuimos, em várias frentes, para o aprimoramento da Justiça. A aprovação da LODJ, na Assembleia Legislativa, é o maior exemplo ao consolidar inúmeras inovações para o melhor funcionamento da estrutura de trabalho nas comarcas, como a criação de varas especializadas, centrais de conciliação e expansão da implantação do processo judicial eletrônico, etc.

Por meio da extraordinária parceria da Amagis com o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa reconheceu a importância do projeto de lei e o aprovou em um tempo recorde de 90 dias. De maneira histórica e, igualmente inovadora, conquistamos assento no Órgão Especial, sem direito a voto, mas com direito a voz, permitindo a conquista de avanços na formulação da nova lei.

Estamos, com certeza, coerentes com nossa história de 60 anos, pautada na integração e união, hoje reafirmadas pela eleição de chapa única e de uma nova diretoria, presidida pelo valoroso desembargador Maurício Soares e composta por dedicados colegas.

A diretoria eleita para o próximo triênio representa a confiança de toda a Magistratura em sua Associação e no trabalho até aqui desenvolvido. Esse é o maior legado da administração que se encerra. Continuo parceiro de luta e desejo todo o sucesso aos novos gestores da nossa querida Amagis. ●

(*) Presidente da Amagis

“A coerência com a defesa da Magistratura foi o nosso maior legado junto de outras conquistas”



Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)

Presidente:
Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:
Desembargador Maurício
Torres Soares

**Vice-presidente dos
Aposentados e Pensionistas:**
Desembargador Tibagy
Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:
Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

**Vice-presidente
Sócio-cultural-Esportivo:**
Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:
Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.300 exemplares

ÍNDICE

ALMG aprova suplementação
para diversos
órgãos públicos

10

15 Presidente do TJMG
assume Conselho
dos Tribunais

» Magistratura celebra ano de conquistas fortalecida para 2016 03
» Maurício Soares é eleito presidente com 94% dos votos 04
» TJMMG realiza homenagem especial aos 60 anos da Amagis 06
» ALMG homenageia os 60 anos e a parceria com a Amagis 07
» ALMG aprova suplementação para diversos órgãos públicos 10
» 'PEC é inconstitucional', afirma Herbert Carneiro no Senado 11
» Magistratura defende fortalecimento do 1º grau 12
» Amagis homenageia cinco personalidades mineiras 13

» 'Arte de ser Leve' na vida é tema do Integramagis 14
» Presidente do TJMG assume Conselho dos Tribunais 15
» Judiciário reafirma papel de garantidor da cidadania 17
» Execução fiscal do TJMG recebe menção honrosa 18
» Força e pureza de Luiz Viela estão na MagisCultura 20
» Magistratura se solidariza com vítimas da tragédia de Mariana 21
» Colônias oferecem privacidade e conforto nas férias 23
» Amagis Saúde participa da campanha Novembro Azul 27

'PEC é inconstitucional',
afirma Herbert
Carneiro no Senado

11

17 Judiciário reafirma
papel de garantidor
da cidadania

CONFRATERNIZAÇÃO

Magistratura celebra ano de conquistas fortalecida para 2016

Magistrados da capital e do interior, ativos e aposentados, e pensionistas, a direção do Tribunal de Justiça e da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) reuniram-se, no dia 5 de dezembro, no tradicional Encontro de Congraçamento da Magistratura e de encerramento do ano Judiciário. Cerca de 800 pessoas celebraram as conquistas e realizações de 2015 e reafirmaram a união da classe que segue fortalecida para 2016.

Próximo de encerrar sua gestão, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, agradeceu o apoio e confiança nesses três anos, destacando a parceria com o TJMG. “Faço um agradecimento de maneira muito especial por todo apoio que recebi dos magistrados que fizeram por valorizar, engrandecer e prestigiar nosso Poder Judiciário. Agradeço ainda de forma especial ao presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, pela parceria inédita e histórica com a Amagis, responsável pelos avanços e conquistas obtidas. Minas tem dado exemplo de

civilidade, democracia e harmonia entre os Poderes”, afirmou Herbert Carneiro, que desejou ainda êxito ao desembargador Maurício Soares, eleito para o triênio 2016/2018.

O presidente eleito falou sobre os desafios que terá nos próximos anos à frente da Amagis, reafirmando o compromisso com a defesa dos interesses da classe. “Vamos lutar diuturnamente para manter as nossas conquistas e atuar junto ao TJMG na melhoria das condições de trabalho para os juízes mineiros, de forma a permitir uma prestação jurisdicional mais célere”, disse Maurício Soares.

O presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, destacou a harmonia entre os poderes, representados por membros do Executivo, Legislativo e o próprio Judiciário, e desejou ao desembargador Maurício Soares uma gestão de sucesso. Pedro Bitencourt destacou também homenagem feita à sua gestão por juízes no dia 4 de dezembro, em seu gabinete.

Na avaliação do presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputa-



Maurício Soares, Pedro Bitencourt e Herbert Carneiro



Cerca de 800 magistrados e familiares participaram do evento

do Adalclever Lopes, apesar da crise em todo o País, Minas Gerais estabeleceu um convívio harmônico entre os Três Poderes, dando exemplo para todo Brasil. Para o prefeito em exercício de Belo Horizonte, Délio Malheiros, a Amagis é um pilar da democracia brasileira, e o Poder Judiciário, o ponto de equilíbrio da nação.

O vice-presidente institucional da AMB, juiz Sérgio Junkes, que representou o presidente, juiz João Ricardo Costa, destacou a boa relação entre a AMB e a Amagis. “A magistratura mineira tem um papel decisivo no Congresso e uma atuação muito grande em prol da classe. Dessa forma, a magistratura de Minas Gerais, na pessoa do desembargador Herbert

Carneiro, se destaca em todo o Estado e em nível nacional”, afirmou.

Entre as autoridades presentes estavam o secretário da Casa Civil do Estado, Marco Antônio Resende, e os deputados estaduais Tiago Ulisses, Arlen Santiago, Paulo Lamac, João Alberto Lages e Gustavo Corrêa e o federal Fábio Ramalho. Veja mais fotos no site amagis.com.br.

TRIÊNIO 2016/2018

Maurício Soares é eleito presidente com 94% dos votos

Com uma participação expressiva, a magistratura mineira elegeu, no dia 4 de dezembro, a chapa Magistratura Unida e Forte para o triênio 2016/2018, com 846 votos (94% do total). A nova diretoria da Amagis tomará posse no dia 3 janeiro de 2016, em ato que será realizado na sede da Associação.

Para o presidente eleito, desembargador Maurício Soares, o resultado da eleição não é fruto de um trabalho pessoal, mas de toda a diretoria da Chapa. “Sem a participação de todos não teríamos conseguido”, comentou Maurício Soares ao dizer que, assim como na gestão do presidente Herbert Carneiro, as responsabilidades serão divididas com toda a diretoria. “Quero creditar a ele (Herbert Carneiro) grande parte do sucesso alcançado nessas votações. Isso é reflexo da exitosa gestão do atual presidente”, exaltou Maurício Soares em agradecimento.

O presidente eleito afirmou que, nos próximos três anos, a dedicação com a causa da magistratura será integral. Maurício Soares agradeceu à Junta Eleitoral por sua credibilidade e dedicação, e em carta de agradecimento aos magistrados (na página ao lado) reafirmou o compromisso com uma gestão democrática pautada pela defesa dos magistrados em Minas, em Brasília, no interior e na capital.

Após a divulgação do resultado da eleição, o presidente da Amagis, desembargador Herbert

Carneiro, agradeceu à Junta Eleitoral e disse que o pleito representou a unidade da magistratura. “Procurei durante todo o tempo buscar essa unidade. Eu acho, aliás, que ela está retratada já na composição de uma chapa única”, avaliou Herbert Carneiro ao revelar a participação das seccionais da Amagis no processo de composição da chapa.

Herbert Carneiro desejou sucesso a Maurício Soares e à nova diretoria, certo de que a unidade construída, inclusive na parceria com o TJMG, será importante para enfrentar as adversidades. “O Brasil inteiro vai aplaudir o que nós fizemos aqui hoje. Essa demonstração de união é boa para os associados, para os magistrados e para o Poder Judiciário”, concluiu.

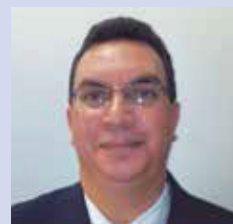
Para o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, o consenso demonstra que há união e, segundo ele, isso é salutar porque as pessoas estão congregadas em torno de um fim. “Isso é muito bom para a magistratura, para a administração do Poder Judiciário e a administração da entidade de classe, porque suas atenções estão voltadas aos interesses da categoria”, disse.

Na avaliação do presidente da Junta Eleitoral, desembargador Dídimo Inocêncio, o processo eleitoral trouxe para a magistratura mineira a união da classe em um momento em que o País enfrenta uma situação crítica. Para ele, a magistratura está unida, com objetivos estabelecidos e certa de que irá alcançá-los. ●

Bruno Gontijo

**Maurício Soares é saudado após a divulgação do resultado da eleição**

CONHEÇA A DIRETORIA ELEITA DA AMAGIS

**MAURÍCIO SOARES**
– Presidente**CRISTIANA MARTINS**
– Vice-presidente Administrativa**ALBERTO DINIZ**
– Vice-presidente Financeiro**LUZIA PEIXÔTO**
– Vice-presidente de Saúde**JOSÉ MARTINHO**
– Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas**ANTÔNIO CARLOS PARREIRA**
– Vice-presidente de Interior**RICARDO TORRES**
– Vice-presidente Sócio-cultural-Esportivo**CHRISTYANO LUCAS GENEROSO**
– Diretor Secretário**ROSIMERE COUTO**
– Subdiretora Secretária

Eduardo Rocha

Conheça os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Gestor no site amagis.com.br

PRIMEIRA DECLARAÇÃO

Presidente eleito divulga carta de agradecimento

O presidente eleito da Amagis, desembargador Maurício Soares, divulgou carta de agradecimento ao final da apuração, destacando a união e a integração da classe e reafirmando compromissos assumidos. De acordo com ele, a eleição de uma diretoria em chapa única já representa por si só a confiança dos colegas na Amagis, no trabalho desenvolvido e em

seu programa de gestão. “A confiança traz a participação e, por meio dessa, virão as conquistas. Queremos e faremos uma Associação vocacionada às suas mais legítimas causas, que são os Magistrados e suas prerrogativas e o Judiciário autônomo e fortalecido”, disse ele. •

Leia, abaixo, a caixa na íntegra:



Belo Horizonte, 4 de dezembro de 2015

Prezados (as) Colegas,

Em nome de toda a Chapa Magistratura Unida e Forte, quero abraçar a cada um dos 846 magistrados que nos deu o voto de confiança e a honrosa responsabilidade de presidir a Amagis na próxima gestão. Com o seu apoio e participação, reafirmamos nosso compromisso pela união e fortalecimento da classe e iniciamos, juntos, a construção dos avanços e conquistas para o triênio 2016/2018.

Agradeço também a todos que participaram e legitimaram essas eleições. A eleição de uma diretoria em chapa única já representa por si só a confiança dos colegas em nossa Amagis, no trabalho desenvolvido e em nosso programa de gestão.

A confiança traz a participação e, por meio dessa, virão as conquistas. Queremos e faremos uma Associação vocacionada às suas mais legítimas causas, que são os Magistrados e suas prerrogativas e o Judiciário autônomo e fortalecido.

As dificuldades conjunturais do País não afetarão nossa disposição e empenho em busca da valorização da classe, de melhores condições e estrutura de trabalho, da paridade entre ativo, aposentado e pelo aperfeiçoamento e democratização do Judiciário, entre outras metas.

Faremos uma gestão democrática, itinerante e participativa, inteiramente dedicada às nossas causas. Juntos, iremos escrever mais uma página na história de vitórias dos 60 anos de nossa Amagis.

Nosso compromisso maior, a prioridade número 1, é a defesa do Magistrado em Minas, em Brasília, no interior e na capital. Esta é nossa missão.

Muito obrigado a todos.

Desembargador Maurício Soares

Presidente eleito da Amagis

RECONHECIMENTO

TJMMG realiza homenagem especial aos 60 anos da Amagis

Izabela Machado

**Juiz Coronel Sócrates Edgard, desembargador Herbert Carneiro e juiz Coronel James Ferreira**

Durante a entrega do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário Militar, no dia 9 de novembro, o Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG) realizou uma homenagem especial à Amagis pelos 60 anos de história, completados no dia 21 de outubro deste ano. Na cerimônia, foram celebrados também os 78 anos da Justiça Militar mineira.

O presidente da Associação, desembargador Herbert Carneiro, recebeu do presidente do TJMMG, juiz Coronel PM Sócrates Edgard dos Anjos, e do juiz Coronel PM James Ferreira Santos um placa com os seguintes dizeres: “O Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, ao comemorar seus 78 anos de existência,

vem, por meio de seus juízes, prestar uma justa e relevante homenagem à Amagis, pela sua importância, profissionalismo e dedicação esmerada na defesa de seus associados, ao longo de 60 anos de profícuo trabalho”.

Em seu discurso, o coronel Sócrates Edgar agradeceu à Amagis por sua apresentação efetiva

e sua combatividade em todas as frentes, em prol de uma magistratura cada vez mais forte e uma Justiça cada vez mais eficiente.

O governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel; o presidente da ALMG, deputado Adalclever Lopes; o arcebispo metropolitano de Aparecida, dom Raimundo Cardeal Da-

masceno Assis; e o presidente do Supremo Tribunal Militar de Angola, general de divisão Antônio dos Santos Neto Patônio, foram agraciados com o Colar do Mérito Judiciário Militar. Os desembargadores Wilson Almeida Benevides e Mariza de Melo Porto e o juiz auxiliar Ramom Tácio de Oliveira, da Presidência do TJMG, receberam a Medalha do Mérito Judiciário Militar.

ESTUDOS E INFORMAÇÕES

Na solenidade, foi lançada a edição 38 da revista “Estudos & Informações da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais”, cujo tema principal é implementação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Justiça Militar. A publicação traz ainda o artigo “O futuro do Judiciário passa por novo estatuto, democratização e autonomia”, de autoria do presidente da Amagis.●

PRIMEIRA LINHA

Jornal reconhece e agracia trajetória da Amagis

Tiago Parrela

**Herbert Carneiro e o jornalista José Lopes**

Em cerimônia realizada na Federação das Indústrias de Minas Gerais, no dia 16 de novembro, o jornal Primeira Linha homenageou a Amagis, durante a entrega do Prêmio Primeira Linha, por sua trajetória de 60 anos em

defesa da democracia e cidadania.

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, recebeu o prêmio, que é entregue a instituições, empreendimentos e empreendedores de todas as áreas, que contribuem para en-

gradecer Minas Gerais e o Brasil.

Fundado pelo jornalista Francisco Heitor Fernandez, o jornal Primeira Linha é uma publicação especializada em negócios. Sua primeira edição foi veiculada em 1989, inicialmente com oito páginas.●

PODER LEGISLATIVO

ALMG homenageia os 60 anos e a parceria com a Amagis

Em reunião especial, realizada no dia 30 de novembro, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais homenageou a Amagis por sua trajetória de seis décadas de defesa das prerrogativas dos magistrados e de aprimoramento da Justiça, pautadas pela relação harmoniosa com o Executivo, Legislativo e Judiciário. A solenidade contou com a presença de representantes dos Três Poderes no plenário do Legislativo.

A reunião foi requerida pelos deputados João Alberto e Sargento Rodrigues. Neto do falecido desembargador Affonso Teixeira Lages, ex-presidente do TRE-MG, o deputado João Alberto citou o exemplo do avô para reverência, em suas palavras, a missão silenciosa, sóbria e distante dos refletores que norteia o exercício da magistratura. “Temos no Poder Judiciário a confiança de garantir os direitos, os deveres e pacificar a sociedade na solução das contendas”, afirmou o parlamentar, para o qual a Amagis cumpre importante função na garantia da paz social e do Estado Democrático de Direito.

Ao citar o pioneirismo dos magistrados, que, em outubro de 1955, deram os primeiros passos para a criação da Amagis, o presidente da Associação, desembargador Herbert Carneiro, situou a luta do associativismo mineiro no contexto histórico do Brasil, destacando que, em 1985, a Amagis iniciou campanha pela autonomia do Judiciário

Tiago Parrela

**Adalclever Lopes, Herbert Carneiro e João Alberto na Assembleia****Parlamentares participaram da homenagem no plenário da ALMG**

e em defesa da valorização da classe. “A magistratura começava a ter vez e voz junto aos três poderes”, disse.

Nessa trajetória, na avaliação do presidente da Amagis, a magistratura aprendeu com o Legislativo a importância da política e do diálogo na defesa da construção do estado de direito. Herbert Carneiro ressaltou a importância da boa interlocução com os Três Poderes e citou conquistas importantes desses últimos anos, como a aprovação da Lei de Organização e Divisão Judiciárias em tem-

po recorde, a criação do Fundo do Judiciário, a parceria inédita com o Tribunal e os avanços na democratização do Judiciário.

“Hoje, ser juiz tem outro valor daquele de 60 anos atrás, mas a coerência e a convicção, em todo o período, permanecem fiéis à sua missão original”, afirmou o presidente da Amagis.

Para o secretário de Governo do Estado de Minas Gerais, Odair Cunha, que representou o governador Fernando Pimentel na solenidade, a Amagis nasceu para a valorização da

classe e reafirmação do papel constitucional da magistratura. Na avaliação do presidente da Assembleia, deputado Adalclever Lopes, a Amagis tem cumprido seu propósito com eficiência ao conquistar melhores condições de vida e trabalho para os magistrados e zelar pela autonomia e aprimoramento do Judiciário.

Segundo o prefeito interino de Belo Horizonte, Délio Malheiros, a Associação tem sido uma força para a democracia brasileira sem perder sua autonomia e independência,

contribuindo com bons projetos no Congresso Nacional, Assembleia e Câmara Municipal, que interessam à magistratura e, consequentemente, ao povo mineiro.

De acordo com o desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagen, conselheiro do CNJ e ex-presidente da Amagis, o reconhecimento da Associação frente aos Poderes estaduais representa a importância dos magistrados para o Estado e o próprio País. “A Amagis, hoje, tem alcance nacional e é uma entidade respeitada. O presidente Herbert é um homem admirado. Tenho conhecimento disso com a alta esfera em Brasília. Portanto, essa é uma homenagem que agrega a todos nós magistrados mineiros”, concluiu.

Na avaliação do presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, o reconhecimento à Associação é fruto de um trabalho de lutas e conquistas para os magistrados e os jurisdicionados. “A Amagis presta uma relevante contribuição à Justiça mineira e à democracia no País”, reconheceu. Para o desembargador aposentado Reynaldo Ximenes, ex-presidente da Amagis que, no evento, representou a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o reconhecimento da Assembleia se explica pela interação entre o Legislativo e a Amagis, uma vez que a Associação tem participado historicamente dos acontecimentos políticos e sociais de Minas Gerais. Veja mais fotos no site amagis.com.br. ●

MAGISTRATURA UNIDA

Integração da classe foi prioridade da diretoria

Magistratura unida e valorizada. Foi com esse propósito que o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, assumiu o comando da Associação. Nesses quase três anos de gestão, com o apoio da diretoria, Herbert Carneiro levou adiante importantes bandeiras da classe, como a democratização do Judiciário, aperfeiçoamento da Justiça, melhores condições de trabalho e valorização dos magistrados.

Logo no primeiro ano de gestão, após intensa mobilização da diretoria nas comarcas do interior, a magistratura deu sua primeira demonstração de força neste triênio (2013/2015) e, no dia 9 de agosto de 2013, 402 juízes e desembargadores participaram da assembleia histórica que definiu as reivindicações prioritárias da classe. A partir desse dia, a diretoria consolidou uma série de conquistas, celebrando os 60 anos da Amagis, com a representatividade e união idealizada por seus fundadores.

Tiago Parrela

**Herbert Carneiro preside assembleia histórica com 402 magistrados**

Em outubro deste ano, a Amagis completou 60 anos de história fortalecendo sua organização e sua importância política, jurídica e social. Qual a explicação para essa longevidade e força da Amagis?

A união é fundamental. E agora, talvez isso esteja mais presente para a magistratura do Estado. A unidade sempre foi um traço mineiro, que nortearia a fundação da Amagis, primeiro em Juiz de Fora e, depois, em Belo Horizonte. Nossa atuação sempre foi pautada pela necessidade da integração dos juízes para uma luta que é permanente. Com esse princípio, ao longo desses 60 anos, a Amagis trilhou a sua trajetória não só na busca do reconhecimento e valorização da classe, mas fundamentalmente

em nome do prestígio do Poder Judiciário. É próprio do povo mineiro convergir e se unir em torno de uma causa tão nobre como a causa da Justiça.

A Associação iniciou sua trajetória com um perfil corporativo. Com o passar do tempo, que outros papéis assumiu?

Naturalmente, uma associação de classe possui uma vocação corporativa. A pauta associativa de defesa da magistratura é nosso veio principal e não podemos perder esse foco. A questão é que, pela forma e ligações políticas institucionais que a Associação cultivou ao longo desses anos junto ao parlamento mineiro, Congresso Nacional, governo estadual e municipal e, particularmente, junto ao Tribunal de Justiça, a Associação tem hoje uma importância

para além da pauta corporativa. Hoje, a Amagis é reconhecida como importantíssimo e fundamental braço político na defesa do Poder Judiciário. Defesa não só da força da instituição, mas principalmente do prestígio político que ele deve ter

no cenário nacional e estadual. Nesse sentido, em minha gestão, demos ênfase à necessidade da Amagis sempre caminhar com o Poder Judiciário, com a presidência do nosso Tribunal, a fim de fortalecer o Judiciário, agregando a esse

fortalecimento a defesa das prerrogativas da magistratura.

A Amagis nunca abriu mão de defender a independência dos juízes e desembargadores. Por que é tão importante garantir a independência dos magistrados?

“O Brasil da atualidade tem mostrado o quanto é importante investir, acreditar e valorizar a independência do juiz, pois ele é um pilar da democracia.”

Não se concebe um Poder Judiciário funcionando na sua plenitude constitucional e legal sem essa prerrogativa fundamental. O preceito constitucional para que o juiz atue com autonomia no Estado de Direito Democrático é a sua independência. Esse princípio deve ser defendido o tempo todo para que

o juiz possa de forma imparcial formar sua convicção, e exercer sua função maior, que é decidir os conflitos a fim de estabelecer a paz social.

O Brasil da atualidade tem mostrado o quanto é importante investir, acreditar e valorizar a independência do juiz, pois ele é um pilar da democracia. Juiz forte e independente é garantia de cidadania e de Estado de Direito Democrático sólido.

Como a Amagis pode contribuir para o aprimoramento da Justiça?

Acredito que, ao longo desses três anos, demonstramos, em várias frentes, como a Amagis pode contribuir para o aprimoramento da Justiça. A aprovação da Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ), na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, é um exemplo disso.

A prerrogativa dessa Lei é do Tribunal de Justiça, que encaminha a proposta para a Assembleia, onde o debate aconteceu. No Tribunal, discutimos intensamente esse projeto que trouxe inúmeras inovações para o funcionamento da máquina do Judiciário.

Na Assembleia, da mesma forma, a Associação travou um intenso debate com os deputados, mostrando para os deputados os avanços trazidos pela Lei, como a criação de varas especializadas que facilitam o funcionamento da Justiça. Em uma parceria inédita do Poder Judiciário com a Amagis, a Assembleia reconheceu a importância do projeto de lei e o aprovou em 90 dias, um tempo recorde. É importante registrar que, hoje, o presidente da Amagis tem assento no Órgão Especial, sem direito a voto, mas com direito a voz. E essa participação no Órgão Especial tem sido importante para a conquista dos avanços da LODJ.

Fora a atuação direta no parlamento, como a Amagis pode contribuir para o aperfeiçoamento da Justiça?

Recentemente, tive a oportunidade de participar, como palestrante na Comissão de Segurança Pública do Congresso Nacional, onde se discutia projetos da legislação penal brasileira. Participei tanto como presidente da Associação, como ex-presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da

Justiça, podendo dar a colaboração da magistratura mineira. No mesmo sentido, fui convidado, com direito a voz, para a audiência pública sobre a PEC dos Cartórios realizada no Senado Federal. Nesse caso, representei a Amagis e a AMB. Essas contribuições vão além da defesa das prerrogativas da magistratura, pois tem efeito direto no aprimoramento do sistema de Justiça brasileira.

Bruno Gontijo



Herbert Carneiro iniciou sua trajetória na Associação em 2007

Em função da excessiva judicialização das demandas sociais, a carga processual do País é de 100 milhões. É possível dar resposta a todos eles?

Não. Isso já foi reconhecido pelo próprio presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski. Há um déficit enorme de juízes no Brasil, e os juízes que estão na ativa não dão conta dos 100 milhões de processos. Nós precisamos partir para a discussão de alternativas ao sistema de Justiça, como, por exemplo,

“Em uma parceria inédita do Poder Judiciário com a Amagis, a Assembleia Legislativa reconheceu a importância do projeto de lei e o aprovou em 90 dias, um tempo recorde”

“Demos ênfase à necessidade da Amagis sempre caminhar com o Poder Judiciário, com a presidência do nosso Tribunal, a fim de fortalecer o Judiciário, agregando a esse fortalecimento a defesa das prerrogativas da magistratura”

a conciliação e a arbitragem, e avançar, cada vez mais, no processo judicial eletrônico. Nesse aspecto, a contribuição das associações de magistrados têm sido de uma importância fundamental.

Na avaliação do senhor, qual deve ser o papel do juiz junto à sociedade?

Hoje, nós estamos convencidos da necessidade de uma interlocução

mais próxima da magistratura com a sociedade. O juiz não pode mais ser um juiz só de gabinete, que só decide os processos e, de certa forma, está alheio ao que se passa no mundo fora dos fóruns. O juiz tem que ser agente político, tem que participar ativamente de todas as atividades que dizem respeito à sociedade, até para que ele tenha mais elementos para formar a sua convicção e para que possa posicionar-se de maneira mais proativa na afirmação da cidadania e do Estado de Direito. ●

TRAJETÓRIA

Natural de Conceição do Mato Dentro, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, já trilhava seu desafio na Justiça antes mesmo de se formar, em 1985, na Faculdade de Direito da PUC Minas. Em 1980, ele ingressou no TJMG na função de atendente judiciário.

De 1985 a 1989, advogou em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília. Em 1992, ingressou na magistratura e atuou nas comarcas de Almenara e Caratinga, onde acumulou as funções de juiz eleitoral e juiz da infância e da juventude. Foi promovido para a Comarca de Belo Horizonte em 1998, onde, até 2002, exerceu a função de juiz-diretor do Juizado Especial Criminal. Em 2009, tomou posse como desembargador do TJMG, na 4ª Câmara Criminal.

Foi eleito para a Presidência do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça (CNPCCP), do Ministério da Justiça em 2012.

Formalmente, sua trajetória no associativismo mineiro teve início em 2007, quando assumiu a Diretoria de Comunicação da Amagis (2007 a 2009), foi vice-presidente Administrativo (2009 a 2012), sendo eleito presidente da Associação no dia 6 de dezembro de 2012. ●

TJMG

ALMG aprova suplementação para diversos órgãos públicos

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, e o vice-presidente de Saúde, desembargador Maurício Soares, acompanharam a tramitação do Projeto de Lei 3.005/15, de autoria do governador Fernando Pimentel, que autoriza a abertura de crédito suplementar para órgãos do Estado, entre eles o Tribunal de Justiça, aprovado no dia 19 de novembro, em turno único, pelo plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

E o projeto de Lei nº 2.252/15, de autoria do TJMG, que vincula auto-

maticamente o reajuste do subsídio dos magistrados ao dos ministros do Supremo Tribunal Federal, foi aprovado, em todas as comissões temáticas da Assembleia Legislativa (Constituição e Justiça, a de Fiscalização Financeira e Orçamentária e a de Administração da Pública), ficando pronto para ser votado em plenário do Legislativo antes do recesso parlamentar. “Trata-se de medida de reafirmação, tão somente, da autonomia do Poder Judiciário”, defendeu o presidente Herbert Carneiro em artigo publicado no jornal Estado de Minas. ●

Tiago Parrela

**Herbert Carneiro e Maurício Soares com parlamentares na Assembleia**

SEGUNDO GRAU

Órgão Especial regulamenta Conselho de Monitoramento

Izabela Machado

**Maurício Soares representou a Amagis na sessão**

O Órgão Especial do TJMG regulamentou, no dia 25 de novembro, em sessão da qual participou o vice-presidente de Saúde da Amagis, desembargador Maurício Soares, a Criação do Conselho de Monitoramento e Correição do 2º Grau.

O conselho tem, entre suas atribuições, a proposição de ações para assegurar o bom funcio-

namento do gabinete dos magistrados, observando o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O conselho será composto pelo presidente do TJMG, pelo 1º vice-presidente do Tribunal e mais dois desembargadores indicados pelo presidente.

No início da sessão, o presidente do TJMG, de-

seembargador Pedro Biten-court, foi homenageado pelos membros do Órgão Especial por sua eleição no Conselho dos Presidentes dos Tribunais de Justiça. Na sessão do dia 11 de julho, o desembargador Walter Luiz de Melo foi homenageado por sua última participação como membro do colegiado.

DESEMBARGADORA

No dia 9 de novembro, o Pleno do Tribunal elegeu a lista tríplice correspondente ao Quinto Constitucional da OAB, e, no dia 14 do mesmo mês, o governador Fernando Pimentel, em publicação no Diário Oficial, nomeou a advogada Alice de Souza Birchall para o cargo de desembargadora do TJMG. ●

BENEFICIÁRIO PREVIDENCIÁRIO

TJMG regulariza informe para diferenças salariais

Em resposta ao ofício da Amagis (nº 228/2015), encaminhado pelo presidente da Associação, desembargador Herbert Carneiro, o TJMG enviou, no dia 4 de novembro, comunicado no qual esclarece que o informe de rendimento referente às diferenças salariais, devidas a magistrado falecido e não recebido em vida, será emitido no número do cadastro de pessoa física (CPF) do beneficiário previdenciário ou herdeiro habilitado.

No documento, o Tribunal esclarece que “na falta de beneficiários habilitados perante

o órgão de previdência, o crédito do ex-servidor pertence aos seus herdeiros, conforme ordem de vocação hereditária ordinariamente traçada pela lei civil, devendo o pagamento efetivar-se mediante e na forma disposta em alvará judicial ou formal de partilha, resultantes de procedimento judicial ou escritura pública de partilha resultante de procedimento administrativo de inventário”.

A nova sistemática de pagamento das diferenças salariais foi implementada a partir do mês de outubro, atendendo à reivindicação da Amagis. ●

CARTÓRIOS

‘PEC é inconstitucional’, afirma Herbert Carneiro no Senado

Reprodução da internet



Herbert Carneiro, André Ramos Tavares e José Maranhão, no Senado

DIÁLOGO

Presidente da Amagis reúne-se com governador

Em novembro, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, representou interesses da magistratura junto ao Estado e ao município de Belo Horizonte.

No dia 13, Herbert Carneiro reuniu-se com o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, e, no dia 9 do mesmo mês, com o presidente da Câmara Municipal

de Belo Horizonte, vereador Wellington Magalhães. Ainda nesse dia, o presidente da Amagis recebeu, na sede da Associação, a defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Procópio Malard.

O encontro com o governador, no qual foram tratadas questões estaduais e nacionais, foi realizado no Palácio da Liberdade, em Belo

Horizonte. Já a conversa com Wellington Magalhães aconteceu na Câmara Municipal da capital mineira. A interlocução com os Três Poderes e representantes da sociedade civil organizada é uma preocupação permanente da diretoria da Associação, que busca, por meio do diálogo, conquistar avanços e melhorias para o Judiciário. ●

Verônica Manevy



Governador Fernando Pimentel e o desembargador Herbert Carneiro

“Há uma potencial inconstitucionalidade na proposta (PEC 51/2015) pela violação de cláusulas pétreas”, afirmou o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, durante debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, sobre a PEC 51 de 2015, realizado no dia 12 de novembro, em Brasília. Herbert Carneiro representou também a AMB na sessão.

Em tramitação no Senado, a proposta efetiva titulares de cartórios de notas e de registro que assumiram esses postos – sem concurso público – entre a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o início da vigência da Lei dos Cartórios (Lei 8.935/1994).

O senador Vicentinho Alves, autor da proposta, arguiu em favor da PEC a segurança jurídica como um dos institutos do Direito. A justificativa da proposta de emenda aponta que a segurança jurídica se destina a situações já definitivamente consolidadas no passado.

Mesmo levando em consideração a manifestação do senador de que pessoas perderão funções que exerceram durante anos, o presidente da Amagis observou que elas tiveram a oportunidade de saber que estariam no período da regra transitória e que teriam de fazer

o concurso. Herbert Carneiro observou ainda que o legislador constituinte de 1988 introduziu princípios que não podem ser alterados a circunstâncias de pessoas ou situações.

O presidente da Amagis sustentou também que “segurança jurídica se dá ao sistema, e não às pessoas. O sistema deve ser juridicamente seguro por meio de uma Constituição que garanta ao cidadão o preavalecimento de seus direitos”. E alertou que a provação da PEC 51/2015 poderá trazer insegurança jurídica ao Poder Judiciário, na medida em que os concursados de hoje, em boa parte no exercício de suas atividades, poderão pleitear com razoabilidade indenizações milionárias contra os Estados, pois acreditaram nos concursos, nos princípios da Constituição Federal e no republicanismo brasileiro, que tem assentado no seu ingresso no concurso público.

No início do debate, Herbert Carneiro leu a nota da Amagis, na qual a Associação manifesta publicamente sua preocupação pela tramitação da PEC 51/2015 e da PEC de nº 471, de mesmo teor, na Câmara dos Deputados. A nota e a intervenção do presidente Herbert Carneiro no CCJ do Senado estão disponíveis no site amagis.com.br. ●

DEMOCRATIZAÇÃO

Magistratura defende fortalecimento do 1º grau

Companhia Digital

**Centenas de magistrados participaram do XXII Congresso da AMB realizado em Rio Quente (GO)**

Lutar pela democratização do sistema de Justiça, com a participação e valorização da magistratura de primeiro grau. É o

que defendem magistrados de todo o País, na Carta de Rio Quente, aprovada após três dias de conferências, painéis, oficinas e

mesas de debates, realizadas no XXII Congresso Brasileiro de Magistrados da AMB, promovido de 29 a 31 de outubro.

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, participou da abertura do congresso, cuja conferência magna foi profe-

rida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Ricardo Lewandowski.

Os juízes Thiago Colnago Cabral, da Comarca de Governador Valadares, e Lourenço Migliorini, da Comarca de Uberlândia, tiveram suas teses aprovadas. Os temas apresentados foram, respectivamente, a “Teoria do Numerus Clausus na Execução Penal, o Sistema Prisional e a Imprópria Solução do PSL Nº 513” e “O Retrocesso no Abrigamento de Presos em Cadeias Públicas”.

A monografia da juíza Maria Luíza Santana Assunção, da Comarca de Belo Horizonte, sobre os direitos humanos e a lei 11.340/06, na perspectiva prática da ação afirmativa, também foi selecionada pela comissão organizadora do congresso. ●

AMB

Amagis apoia valorização dos magistrados aposentados

Ascom / AMB

**Reunião da Coordenadoria de Aposentados da AMB, em Brasília**

A Amagis reiterou seu apoio à luta pela valorização dos magistrados aposentados na 5ª Reunião da Coordenadoria dos Aposentados, realizada pela AMB, em Brasília, no dia 10 de novembro. A associação foi representada por seu diretor Tesoureiro, juiz José Martinho Nunes Coelho.

Durante o encontro, foram discutidas propostas que tramitam no Congresso Nacional, como o Projeto de Lei 3.123/2015, que limita os subsídios dos magistrados. A pauta incluiu ainda a discussão sobre PEC 62/2015, do Senado Federal, que veda a vincu-

lação remuneratória entre agentes públicos, e a PEC 555/2006, também do Senado, que extingue a contribuição previdenciária para os servidores aposentados.

A comunicação com os 3.300 magistrados aposentados filiados à AMB mereceu destaque na reunião. O vice-presidente de Comunicação da AMB, Gil Guerra, apresentou as propostas encaminhadas pelo subcoordenador de Comunicação da Coordenadoria dos Aposentados, Cláudio Figueiredo, diretor de Saúde da Amagis, e ouviu as críticas e sugestões dos participantes do encontro. ●

MEDALHA GUIDO DE ANDRADE

Amagis homenageia cinco personalidades mineiras



N o dia 17 de dezembro, a Amagis homenageará cinco personalidades mineiras com a entrega da Medalha Guido de Andrade. A outorga da comenda representa o reconhecimento dos magistrados àqueles que têm contribuído para o aperfeiçoamento e fortalecimento do Judiciário e da magistratura.

Neste ano, serão agraciados o governador de Minas, Fernando Pimentel; o deputado Adalclev Lopes, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; o vereador Wellington Magalhães, presidente da Câmara Municipal de BH; e o desembargador aposentado José Fernandes Filho, coordenador pedagógico da Escola Estadual Desembargador Edésio Fernandes (Ejef).

Dos cinco homenageados, o desembargador José Fernandes Filho é único cuja trajetória tem relação direta com o Judiciário. Ingressou na magistratura em 1978, presidiu o TJMG no biênio 1990-1992, e foi o primeiro presidente da Comissão Executiva do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça.

Das contribuições do desembargador à Justiça, destaca-se a “extração a fórceps”, como o magistrado costuma dizer, no Congresso Nacional do projeto de lei que regulamenta, na Constituição

Federal, o dispositivo dos Juizados Especiais. Por esse feito, Fernandes Filho é reconhecido como pai dos Juizados Especiais. Atualmente, com a experiência e conhecimento adquiridos ao longo dos anos, o magistrado contribui com a formação dos juízes na Ejef.

As trajetórias políticas do governador Fernando Pimentel e do prefeito Márcio Lacerda têm influência do mesmo período da história brasileira: o regime militar. Com a redemocratização do País, ambos deram continuidade às suas atividades políticas.

Graduado em economia, Pimentel foi professor da UFMG, secretário da Fazenda da Prefeitura de Belo Horizonte (1993-1996), e secretário de Governo, Planejamento e Coordenação Geral no primeiro mandato de Célio de Castro (1997-2000). Em 2000, elegeu-se vice-prefeito de Célio de Castro, que se afastou por doença em 2002. Em 2004, foi reeleito prefeito de Belo Horizonte, governando a capital mineira até 2008. Assumiu o comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e, em 2014, foi eleito governador de Minas.

Em 1977, Márcio Lacerda retoma os estudos, formando-se em Administração de Empresas. Antes mesmo de se graduar, ele funda, em 1975, com sua esposa Regina, a Construtel, empresa que atuava na construção de redes telefônicas. Dois anos depois, cria a Batik, sua segunda empresa.

Seu ingresso na vida pública começa em 2001,

Omar Freire / Imprensa-MG



FERNANDO PIMENTEL

Foi prefeito de Belo Horizonte de 2002 a 2008, e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior de 2011 a 2014. É governador desde janeiro deste ano.

ADALCLEVER LOPES

Eleito deputado em 2002, está na 4ª legislatura. De 2005 a 2006, foi líder da bancada do PMDB na ALMG. Este ano foi eleito presidente da casa para o biênio 2015-2016.



MÁRCIO LACERDA

Em 2003, assumiu a função de secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional. Foi eleito prefeito de Belo Horizonte em 2008, e reeleito para a prefeitura da capital mineira em 2012.

WELLINGTON MAGALHÃES

Foi eleito pela primeira vez em 2004, com quase 4 mil votos. Em 2008, tornou-se o segundo vereador mais votado da capital. Hoje, preside a Câmara Municipal de BH.



Renata Caldeira / TJMG



JOSÉ FERNANDES FILHO

Presidiu o TJMG de 1990 a 1992. Foi o primeiro presidente do Conselho dos Presidentes dos Tribunais de Justiça. É conhecido como pai dos Juizados Especiais.

quando passa a presidir os conselhos de Desenvolvimento Tecnologia e Desenvolvimento Regional da Federação das Indústrias de Minas Gerais. Em 2003, assume a função de secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional do governo Lula, na gestão de Ciro Gomes. Em 2007, Lacerda foi Secretário de Desenvolvimento Econômico do Governo de Minas. Um ano depois, ele foi eleito prefeito de Belo Horizonte pela primeira vez, sendo reeleito em 2012.

No Legislativo, o deputado Adalclev Lopes e o vereador Wellington Magalhães ocupam lugar de destaque. Em sua quarta legislatura, Adalclev Lopes foi eleito presidente da Assembleia Legislativa para o biênio 2015-2016. O deputado foi ainda chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Segurança Pública e membro titular do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. De 2005 a 2006, foi líder da bancada do PMDB na Assembleia Legislativa.

A jornada política municipal do vereador Wellington Magalhães teve início em 2004, quando ele foi eleito vereador de Belo Horizonte com quase quatro mil votos. Em 2008, reelegeu-se como o segundo vereador mais votado da capital. Hoje, em seu terceiro mandato, preside a Câmara Municipal de BH. Na Casa, já presidiu as Comissões de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor e Meio Ambiente e Política Urbana. Atualmente, é presidente estadual do Partido Trabalhista Nacional. ●

QUALIDADE DE VIDA

‘Arte de ser Leve’ na vida é tema do Integramagis

No dia 19 de novembro, foi realizada, no Salão de Festas da Amagis, a última edição do ano do Integramagis, que reuniu magistrados e seus familiares, para ouvir a jornalista e escritora mineira Leila Ferreira, que proferiu a palestra sobre “A Arte de ser Leve”, que também é título de um dos seus livros.

A abertura do evento foi feita pelo presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, que destacou a importância do tema da palestra. “Tenho certeza que sairemos daqui com ensinamentos e experiências na arte de ser mais leve”, disse ele. O vice-presidente de Saúde, desembargador Maurício Soares, falou sobre a realização do Integramagis e do carinho que toda a classe tem pelo programa, destacando a importância da participação de todos.

Em seguida, teve início a palestra de Leila Ferreira, que levou os presentes a uma reflexão sobre valores e posturas do cotidiano que ajudam a melhorar a convivência, entre eles a gentileza, a educação e o bom humor, sendo as duas primeiras apontadas como pilares para se alcançar a leveza da alma.

A palestrante destacou que a leveza não é a ausência de problemas, mas a forma de lidar com eles. Para ela, as pessoas estão cada vez mais estressadas e se preocupam o tempo inteiro em cumprir regras impostas pela sociedade, onde todo mundo “tem

Georgia Bagvaroff

**Maurício Soares e Herbert Carneiro na abertura do Integramagis****Jornalista Leila Ferreira propôs uma reflexão sobre o cotidiano**

que ser” feliz, “tem que ter” o melhor. O melhor, segundo ela, é subjetivo.

Falando sobre ensinamentos e reflexões presentes no livro de sua autoria, Leila Ferreira ensinou que o caminho mais curto para a felicidade é a boa convivência e que não há nada mais desgastante do que conviver com pessoas desagradáveis, mal-humoradas e sem educação. “Hoje em dia,

as pessoas estão tão estressadas e ríspidas que estamos mais acostumados com um assalto do que com um sorriso”, disse ela.

Ao fim da palestra, Leila Ferreira chamou a atenção dos participantes para a era do individualismo radical e patológico em que vivemos. De acordo com ela, estamos perdendo o costume de nos colocar no lugar do outro. E tra-

tar o outro, como gostaríamos de ser tratados, muda tudo.

Ainda no Integramagis, os desembargadores Herbert Carneiro e Maurício Soares convidaram os presentes para cantar os parabéns para a juíza Teresinha Dupin Lustosa em virtude de seu aniversário. Na ocasião, o presidente da Amagis agradeceu a sua contribuição e a dedicação à creche Nutris. ●

“

As pessoas, hoje, estão obcecadas com o corpo e esquecendo-se do peso da alma

Felicidade é a soma das pequenas felicidades. Ela é homeopática

Dividir um espaço, um lugar ou um momento com alguém leve é um dos grandes prazeres da existência

Arte de conviver e se relacionar é tão importante quanto a qualidade de vida

Quem não respeita o outro, não merece respeito. Onde não há gentileza e respeito não há qualidade de vida

”

COLÉGIO DE PRESIDENTES

Presidente do TJMG assume Conselho dos Tribunais

Estação Um / TJDFT



Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil no encontro do conselho, realizado em Brasília

A posse do presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, como presidente da Comissão Executiva do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil, para o triênio 2016 a 2018, está prevista para o dia 15 deste mês, às 19h, em Brasília, no Tribunal de Justiça do Distrito

Federal e Territórios (TJDFT).

O magistrado foi eleito no dia 23 de novembro, durante encontro do Conselho dos Presidentes dos Tribunais, realizado no TJDFT. Para o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, a eleição de Pedro Bitencourt é um reconhecimento à

gestão instituída pelo magistrado no TJMG, que tem adotado uma administração transparente e participativa.

Durante a sessão do dia 25 de novembro, os membros do Órgão Especial do TJMG homenagearam Pedro Bitencourt. Na avaliação do 1º vice-presidente do Tribu-

nal, desembargador Fernando Caldeira Brant, a eleição de Bitencourt demonstra que o Judiciário mineiro alcançou representatividade nacional. O vice-presidente de Saúde da Amagis, desembargador Maurício Soares, afirmou que a competência demonstrada por Pedro Bitencourt na ges-

tão do Tribunal o alçou à presidência do Colégio Permanente.

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador José Renato Nalini, enviou ofício, no dia 26 de outubro, no qual afirma que o magistrado mineiro possui atributos imprescindíveis à condução do colegiado e representa a nova magistratura.

O Conselho foi fundado em Minas Gerais em 1992, com o objetivo de defender os princípios, prerrogativas e funções institucionais do Poder Judiciário, especialmente o estadual, promover a integração dos Tribunais em todo o País, o intercâmbio de experiências funcionais e administrativas e aprofundar o estudo de temas jurídicos buscando a uniformização de entendimentos, respeitada a autonomia e a regionalidade. O desembargador mineiro José Fernandes Filho foi o primeiro presidente do Conselho dos Tribunais. ●

Instituto Mineiro
de Perícias



Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Um olhar técnico a favor da

verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Convênio
AMAGIS

PORTAS ABERTAS

Diretores da Amagis recebem magistrados na sede em BH

Tiago Parrela



Tiago Parrela



Georgia Baçvaroff

**Almeida Melo, Geraldo Ribeiro, Juliana Campos e José Arthur na Amagis**

De portas abertas a todos os associados, a Amagis recebeu, em novembro, a vista dos desembargadores José Tarcízio de Almeida Melo, Juliana Campos Horta, em visita de cortesia, e José Arthur de Carvalho Pereira Filho, que, na ocasião, filiou-se à Associação, e o juiz Geraldo Luiz Ribeiro.

O desembargador Almeida Melo e o juiz Geraldo Luiz Ribeiro receberam do presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, a homenagem da Associação aos magistrados aposentados, símbolo de respeito e gratidão pelos anos dedicados à Justiça.

A cerimônia de entrega da honraria foi realizada no dia 9 de outubro, como parte da comemoração dos 60 anos da Amagis, mas o desembargador Almeida Melo não pode comparecer. Ao todo, 23 magistrados aposentados em 2014 foram agraciados.

Participaram dos encontros dos magistrados com o presidente Herbert Carneiro, o desembargador Maurício Soares, vice-presidente de Saúde da Amagis, a vice-presidente Administrativa, Luzia Peixôto, a diretora de Comunicação, juíza Rosimere Couto, e o desembargador Alberto Diniz, diretor da Seccional de Belo Horizonte. ●

INFANTOJUVENIL

Coral apresentará cantata natalina

O Coral Infatojuvenil da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) realizará, no dia 12 de dezembro, a já tradicional cantata de Natal. A apresentação será às 19h30, nas janelas e escadaria do Palá-

cio da Justiça, em Belo Horizonte.

A apresentação será marcada pela inauguração da iluminação do histórico prédio do Palácio da Justiça, feita com o apoio da Cemig e pela chegada do Papai Noel, no carro do Corpo de Bombeiros.

A Coinj coordena ainda a Orquestra Infatojuvenil, com o apoio de vários parceiros, entre eles a Amagis. O projeto atende a cerca de 200 crianças e adolescentes da escola municipal Ulysses Guimarães e escola estadual Dona Augusta. ●

Marcelo Albert / TJMG

**Apresentação no Palácio da Justiça**

FIM DE ANO

Confraternização das pensionistas

Tiago Parrela

**Magistrados prestigiam evento**

As pensionistas da magistratura mineira reuniram-se, no dia 11 de novembro, no Salão de Festas de Amagis, em Belo Horizonte, para participar do tradicional chá de confraternização realizado a cada fim de ano.

O presidente da Amagis, desembarga-

dor Herbert Carneiro, o vice-presidente de Saúde, desembargador Maurício Soares, e a diretora de Pensionistas da Associação, Marlene Fernandes, estiveram presentes no encontro.

Herbert Carneiro destacou a importân-

cia das pensionistas, direta ou indiretamente, para a construção do Judiciário mineiro e da Associação. Maurício Soares disse que as pensionistas sempre exerceram um papel fundamental no fortalecimento da magistratura mineira. ●

DIA DA JUSTIÇA

Judiciário reafirma papel de garantidor da cidadania

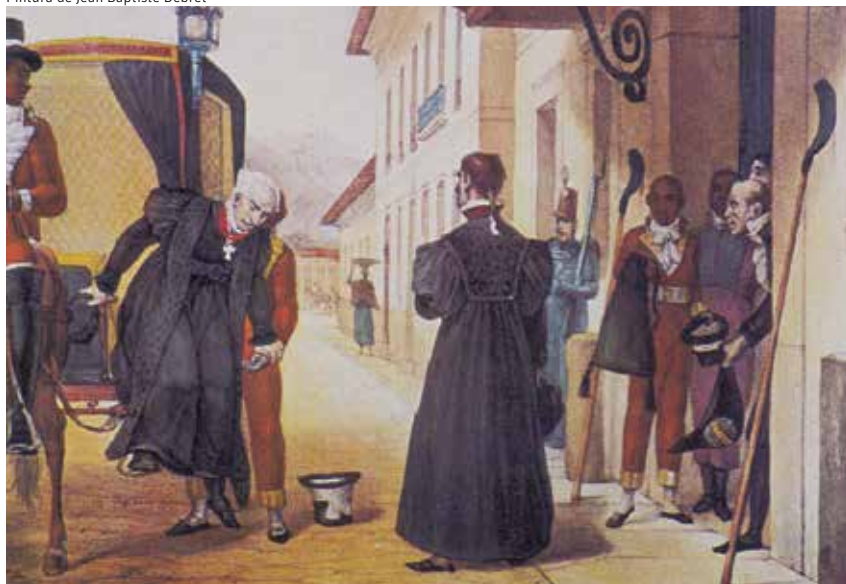
No dia 8 de dezembro, comemora-se no Brasil o Dia da Justiça. A data tornou-se feriado nacional, para efeitos forenses, a partir de 1945. Neste ano, o presidente do STF à época, José Linhares, assumiu a presidência da República em virtude da destituição de Getúlio Vargas, presidindo o Brasil por 95 dias, até a posse do novo presidente eleito Eurico Gaspar Dutra. Em 5 de dezembro de 1945, na condição de presidente da República, Linhares assinou o Decreto-lei 8.292, consagrando o dia 8 de dezembro à Justiça.

O Judiciário brasileiro é considerado independente de Portugal desde 1808, ano em que foi instalada no Rio de Janeiro a Casa da Suplicação. Desde então, o Judiciário assumiu cada vez mais protagonismo e independência, desempenhando o papel fundamental na construção da nação e da cidadania.

PASSADO E FUTURO

Para o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Pedro Bitencourt, os mais de dois séculos de Justiça no Brasil representam a afirmação da cidadania. A partir do mo-

Pintura de Jean Baptiste Debret



Desembargadores chegam à Casa de Suplicação no Rio de Janeiro

mento em que a então Colônia passou a contar com julgadores mais próximos dos cidadãos, iniciou-se a construção do ideal de nação. O presidente do TJ destaca a promulgação da Constituição de 1988, que consagrou a autonomia administrativa e financeira do Judiciário e consolidou sua importância. “Muito evoluímos nesse período, passando de um

apêndice do Executivo para um poder do Estado, autônomo e independente. Atualmente, em diversos momentos, a nossa democracia demonstra que as instituições funcionam, sempre com a afirmação da importância do Poder Judiciário”, reforça o

desembargador Pedro Bitencourt.

Para o futuro, o presidente do TJ mineiro pontua como principal desafio a conjugação da intensa procura pelo Poder Judiciário, resultado da consolidação de sua relevância na vida em sociedade, com a necessidade de prestar uma jurisdição célere e eficaz e defende mecanismos de desjudicialização e conciliação, que já são utilizados em Minas Gerais.

REFERÊNCIA

Para o superintendente da Memória do Judiciário de Minas Gerais (Mejud) e ex-presidente do TJMG, desembargador Lúcio Urbano, o Judiciário mineiro, desde sua criação, em 1874, sempre foi referência nacional, tanto pela qualidade das decisões quanto pela formação dos magistrados mineiros.

“Ponto relevante, penso que se encontra na constante e eficaz

formação dos juízes. A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, sem dúvida, merece maiúsculo conceito no Brasil”, elogia Urbano.

O superintendente da Memória do Judiciário exemplifica a qualidade técnica da Justiça mineira pelo número expressivo de obras publicadas por magistrados, que compõem o acervo da Mejud. “Hoje, são 399 obras e 122 autores, o que

se pode ver na estante específica organizada pela Memória do Judiciário, sendo que há várias obras de expressiva significação na ciência jurídica”, conta o desembargador Lúcio Urbano.

AVANÇOS

Magistrada há 30 anos, a desembargadora Heloísa Combat relembra que, quando entrou para a carreira, a estrutura era bem precária e havia poucos juízes e poucos servidores. O avanço da tecnologia foi um grande passo o Judiciário, segundo a magistrada.

Heloísa Combat ressalta ainda a independência entre os Poderes como uma das conquistas do Judiciário. “É certo que há ainda muito a caminhar, mas atualmente o Judiciário se tornou mais independente econômica e financeiramente, e foram muitas as conquistas nas últimas décadas, no sentido de agilizar a prestação jurisdicional”, diz a desembargadora.

“É certo que há ainda muito a caminhar, mas atualmente o Judiciário se tornou mais independente econômica e financeiramente, e foram muitas as conquistas nas últimas décadas”

– Desembargadora Heloísa Combat

A implantação dos Juizados Especiais, dos Centros de Conciliação, do processo eletrônico e demais ações buscando o aprimoramento da prestação jurisdicional são outras conquistas importantes destacadas pela desembargadora. Sobre os desafios para os

próximos anos, Heloísa Combat acredita que o aprimoramento permanente de juízes e servidores e o investimento em institutos de mediação e conciliação podem evitar conflitos futuros e desafogar o Judiciário. ●

PRÊMIO INNOVARE

Execução fiscal do TJMG recebe menção honrosa

Marco Zaoboni

**Ministros do STF, do TST, da Justiça e o procurador-geral da República participaram da premiação**

O projeto 'Execução Fiscal Eficiente' do TJMG recebeu menção honrosa na categoria Premiação Especial do

XII Prêmio Innovare. Os ganhadores deste ano foram conhecidos no dia 1º de dezembro, em cerimônia realizada

no Salão Branco do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília.

A iniciativa do Tribunal é gerenciada pela

juíza auxiliar da Presidência, Lílían Santos Maciel, o juiz auxiliar da 3ª Vice-Presidência, Carlos Donizetti Ferreira

da Silva, e o juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, Renato César Jardim.

O objetivo da proposta é garantir o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, tornando mais ágeis e efetivas as cobranças de créditos fiscais no Estado. Leia ao lado, na editoria Painel da Magistratura, o artigo do juiz Renato César Jardim sobre o projeto 'Execução Fiscal Eficiente'.

O projeto do TJMG foi selecionado entre os 64 trabalhos inscritos na categoria Premiação Especial do Prêmio Innovare, que nesta edição teve o tema a 'Redução das ações judiciais do Estado: menos processos e mais agilidade'. A proposta ganhadora na Premiação Especial foi as "Centrais de Negociação da Procuradoria-Geral da União", do Distrito Federal. ●

DOM HELDER E AMAGIS

Tribunal Estudantil debate recursos hídricos

Georgia Baçvaroff

**Herbert Carneiro preside julgamento na faculdade Dom Helder**

Com o tema a proteção internacional dos recursos hídricos da Amazônia à luz dos direitos fundamentais e do direito internacional, a Escola Superior Dom Helder Câmara promoveu, no dia 7 de novembro, a edição 2015 do Tribunal Internacional Estudantil, um projeto de simulação jurídica que tem como patrono o juiz da Corte de Haia, Antônio Augusto Cançado Trindade.

A sessão plenária foi presidida pelo desembargador Herbert Carneiro, presidente da Amagis, para quem a atividade contribuiu com a formação acadêmica dos estudantes e pautou um assunto de extrema relevância. "Devemos ter em mente que estamos numa simulação de sessão de julgamento do Tribunal Internacional de Justiça, que tem um patrono que nos responsabiliza so-

bremaneira", comentou Herbert Carneiro, referindo-se ao juiz da Corte de Haia, Cançado Trindade.

Integrante da equipe vencedora, a estudante do 2º período, Isabelle Lauer Schirmer, revelou que estava ansiosa com o julgamento, mas disse que o esforço dos cinco meses de trabalho passa a valer mais a pena com o reconhecimento recebido pela banca de jurados. ●

AGENTE PRISIONAL

Comissão estudará regulação da função

A comissão criada pelo presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, para promover estudos sobre a regulamentação do cargo público de agente de segurança penitenciária, receberá sugestões de toda a magistratura. As colaborações poderão ser enviadas para o grupo pelo e-mail imprensa@amagis.com.br.

A criação da comissão levou em consideração a importância da estruturação da carreira de agente prisional para as Varas de Execução Penal. Com sua experiência e conhecimento, a magistratura mineira poderá contribuir com iniciativas de relevância para a judicatura.

A proposta é que, com o estudo promovido, a magistratura mineira possa oferecer à sociedade, especialmente aos poderes Legislativos e Executivos, um projeto sólido de regulamentação do cargo público de agente penitenciário.

A comissão é composta pelos seguintes magistrados: Thiago Colnago Cabral (coordenador), Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro, Wagner de Oliveira Cavaliere, Denes Marcos Vieira, Aloysio Libano de Paula Júnior e Ludmila Lins Grillo.

No dia 11 de dezembro, às 8h, a comissão realizará sua primeira audiência pública no auditório da sede da Amagis, em Belo Horizonte. ●

EXECUÇÃO FISCAL

Um projeto que honra seu nome com eficiência

JUIZ RENATO CÉSAR JARDIM*

Preocupado com o aumento progressivo das ações de execução fiscal que grassam por todo o País, o Comitê do Plano Estratégico Nacional do Poder Judiciário incluiu entre os macrodesafios para os anos de 2015 a 2019 a busca de soluções por parte dos tribunais brasileiros para este grave problema, responsável pela alta taxa de congestionamento que aflige não só a máquina judiciária, mas principalmente os jurisdicionados.

Para o enfrentamento desse desafio, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais instituiu o Projeto Execução Fiscal Eficiente, consubstanciado na Portaria Conjunta nº 373/PR/2VP/3VP/CGJ/2014, hoje um programa com resultados significativos, com o escopo de garantir agilidade, qualidade e eficiência na tramitação dos processos judiciais e administrativos relacionados a créditos de natureza fiscal e administrativa.

Em verdade, a ideia central da prática reside no convencimento dos gestores municipais e do próprio Estado acerca da necessidade de se buscar uma forma alternativa de cobrança dos créditos de natureza fiscal e administrativa que não seja a via judicial, ou seja, o protesto extrajudicial eletrônico.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estatui que os créditos de valores inferiores aos cus-

tos da cobrança podem ser cancelados, sem que isso configure renúncia de receitas tributárias para os fins da lei fiscal (art. 14, § 3º, da LC nº 101/2000). Entretanto, o programa, apesar de buscar a desjudicialização, não prega a renúncia fiscal ou o perdão da dívida, mas a escolha de um meio alternativo de cobrança que seja menos oneroso e mais eficiente do que a via judicial, que é cara e morosa.

O resultado de tudo isso, lastreado em mapeamento estatístico, é a redução quanto ao ajuizamento de novas ações, fator que mais contribui para a redução da taxa de conges-

tionamento, preocupação do TJMG inserida no macrodesafio nº 6 de seu Planejamento Estratégico. Se nos anos de 2013 e 2014, a taxa de congestionamento dos executivos fiscais

municipais era de 88%, em setembro de 2015, numa linha decrescente a cada mês, chegou a 81,55%. Isso demonstra a efetividade do programa, uma vez que os dados estatísticos da CEINFO/TJMG apontam que a tendência é do aumento da distribuição no percentual de 7% ao ano para as ações em geral.

O acervo de execuções fiscais municipais, que correspondia a

622.911 processos em janeiro de 2015, chegou a 544.029 em outubro do mesmo ano. Os municípios e o Estado têm mais efetividade quanto ao recebimento de seus créditos. Enquanto a recuperação pelo protesto chega a 20%, aquela através da via judicial é inferior a 5%.

A parceria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais foi de grande importância para o êxito do programa, após a celebração de termo de cooperação com o TJMG que referendou a iniciativa com vistas à eficiência da gestão fiscal por parte dos municípios. O inestimável apoio do presidente do Tribunal de Justiça, dos segundo e terceiro vice-presidentes e do corregedor-geral de Justiça foi de fundamental importância para o êxito da vitoriosa iniciativa.

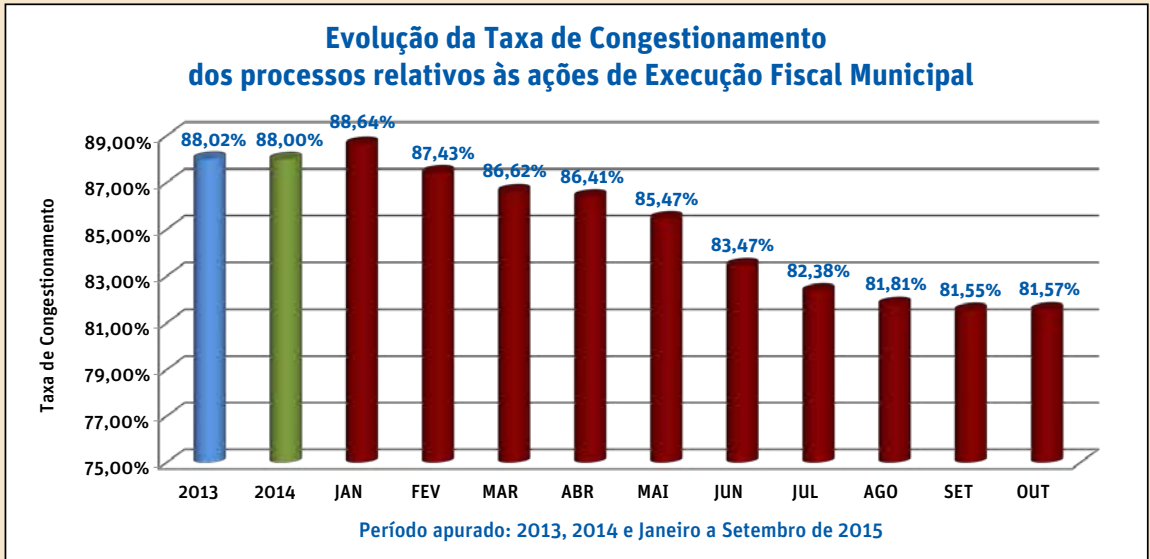
Na condição de superintendente do projeto, juntamente com os magistrados Carlos

Donizetti Ferreira da Silva e Lílían Maciel Santos, posso afirmar que os resultados dele advindos são bastante satisfatórios e que se trata de um caminho sem volta.

Tanto isso é verdade, que o Projeto Execução Fiscal Eficiente está entre os três finalistas do XXI Prêmio Inovare, na categoria especial “Desjudicialização”. Neste ano, 667 práticas se candidataram ao prêmio e apenas 21 foram selecionadas para a final. Trata-se, desde já, do reconhecimento de uma prática que merece ser disseminada como modelo para todo o País, uma contribuição para a modernização da Justiça brasileira.

Enfim, o Projeto Execução Fiscal Eficiente tem demonstrado sua eficiência. ●

(*) Juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça do TJMG. Leia a íntegra do artigo no site amagis.com.br.



Fonte: Centro de Informações para Gestão Institucional do TJMG

ESCRITOR CONVIDADO

Força e pureza de Luiz Viela estão na MagisCultura

Desde seu lançamento, em 2009, a revista MagisCultura Mineira – hoje consolidada publicação literária da magistratura – procura resgatar a cultura do Estado e valorizar a contribuição dos escritores mineiros para a literatura brasileira. Ao longo dos anos, autores como Affonso Ávila, Benito Barreto, Affonso Romano de Sant'Anna e Adélia Prado publicaram seus textos na revista.

Na 14ª Edição, lançada no dia 21 de outubro, durante as comemorações dos 60 anos da Amagis, foi a vez do contista e romancista Luiz Viela de emprestar seu talento à publicação, com o conto “Você Verá”.

Natural de Ituiutaba (Pontal do Triângulo), Luiz Viela

começou a escrever aos 13 anos e, aos 14, publicou, no jornal “Correio do Pontal”, um conto pela primeira vez. Aos 15, morando em Belo Horizonte, para fazer o antigo curso clássico no Colégio Marconi, envia semanalmente uma crônica para o jornal Folha de Ituiutaba.

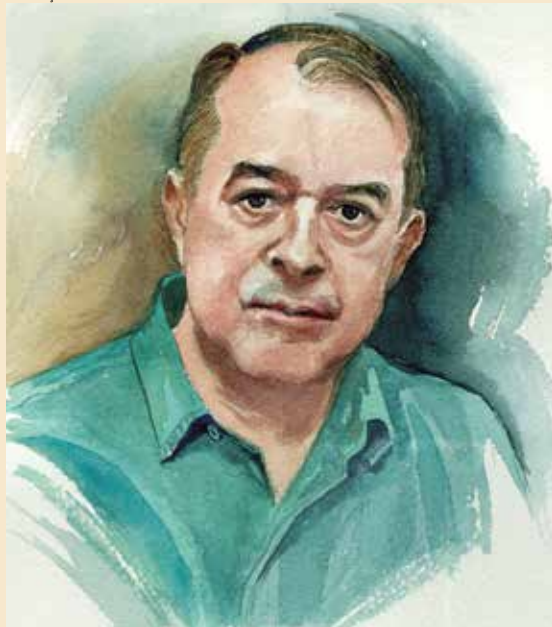
Em 1971, o autor publicou seu primeiro romance, “Os Novos”, sobre a sua geração, que causou polêmica pela força com que tratava de conceitos e preconceitos. Em 1979, publicou “O Inferno É aqui Mesmo”, que também foi marcado por muita controvérsia por ser considerado por alguns uma vingança ao Jornal da Tarde, publicação paulista onde Luiz Viela havia trabalhado anos antes.

Segundo o literato e professor Antônio Cândido, o estilo do autor – que atualmente tem 15 livros de ficção publicados e vários outros de antologias de seus contos, além de vários prêmios de literatura como o Jabuti, pelo “O Fim de Tudo”, de 1974 – tem sua força no diálogo e pureza da linguagem.

A revista homenageia ainda o compositor Fernando Brant, falecido no dia 12 de junho deste ano, com o texto “Adeus, Fernando Brant” de autoria da juíza Aldina Soares.

Veja ao lado trechos de “Você Verá”, publicado em 2014, e saiba mais sobre Luiz Viela e leia conto na íntegra na revista MagisCultura, cuja versão online está disponível no site amagis.com.br.

Ilustrações: Sandra Bianchi

**Luiz Viela, convidado da MagisCultura**

O dono – um simpático senhor de meia-idade, cabelos grisalhos, bigode – faz uma expressão de surpresa ao me ver entrando. Eu explico: meu ônibus era às seis, mas eu não tinha ainda comprado a passagem, e então... Ele sacode a cabeça, concordando. Pergunta o que eu quero.

“Você é mineiro?”, pergunta.

“Por causa do pão de queijo?”

“Não, não é por causa do pão de queijo”, ele diz; “é porque mineiro não perde o trem...”

Eu rio e repito a minha explicação sobre a passagem.

“Você está certo”, ele diz, amável.

“E o senhor?”, pergunto, para ser educado.

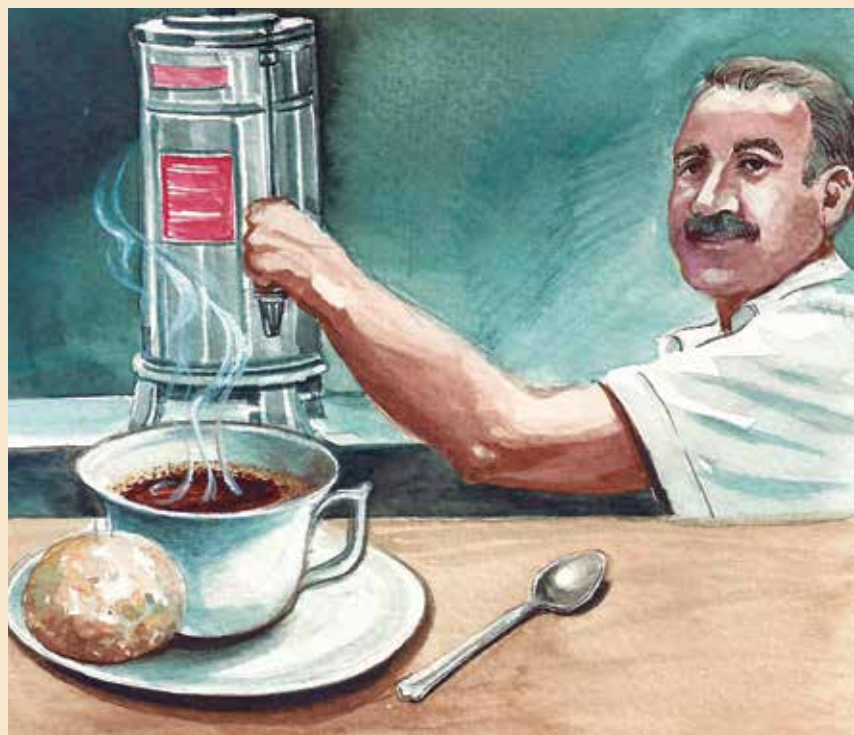
“O senhor é daqui?”

“Daqui não tem ninguém, meu filho”, ele diz.

“Aqui todo mundo é de fora.”

“Eu talvez não vá ver tudo isso, porque já estou com sessenta anos e porque isso não é uma coisa que se faz de um dia para outro; nem de um dia para outro, nem de um ano para outro. Deus, que é Deus, não fez o mundo em seis dias?”

Tranquilo, com tudo certo, sento-me numa cadeira e acendo um cigarro. E ali fico, pensando em muita coisa e ao mesmo tempo não pensando em nada, enquanto lá fora o céu ia, devagarzinho, clareando, naquela segunda-feira de abril de mil novecentos e sessenta e três.



ROMPIMENTO DE BARRAGEM

Magistratura se solidariza com vítimas da tragédia de Mariana

O dia 5 de novembro, quando rompeu a Barragem de Fundão, da Samarco, em Bento Rodrigues, distrito de Mariana (região Central do Estado), será lembrado na história como a data de um dos maiores desastres ambientais já ocorridos em Minas Gerais e no Brasil.

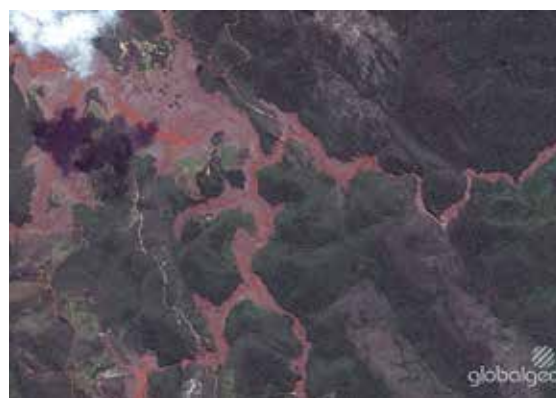
Os danos causados vão muito além do impacto ambiental, 15 pessoas morreram e quatro estariam desaparecidas.

O impacto da tragédia envolve ainda a vida de centenas de pessoas de Bento Rodrigues e região, e de várias cidades que são banhadas pelo Rio Doce. Em Governador Valadares, a 330 quilômetros de Bento Rodrigues, o abastecimento de água chegou a ser interrompido devido à contaminação do rio pela lama de rejeito de minério.

As vítimas dessa tragédia, que mobilizou todo o País, têm contado com a solidariedade da magistratura mineira. Além de nota de solidariedade, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, organizou campanha de doações de água mineral para ser enviada às cidades do Vale do Rio Doce. A Amagis disponibilizou ainda uma conta no Banco do Brasil (Agência 1.615-2, Conta Corrente 33003-5), para receber doações em dinheiro, usadas na compra de água mineral.

Em reunião com o juiz o diretor do Foro da Comarca de Mariana, juiz Frederico Esteves Duarte, o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, decidiu que o Tribunal destinará

Globalgeo



Imagens de satélite mostram o distrito de Bento Rodrigues antes e depois da tragédia

os valores provenientes da aplicação da pena de prestação pecuniária da comarca para as famílias afetadas pela tragédia.

O juiz Frederico Duarte determinou que os processos relacionados ao rompimento das barragens pertencentes à Samarco tenha tramitação prioritária. As unidades Goiás e Raja Gabaglia do TJ receberam doações

para as vítimas da tragédia durante 15 dias.

CONGRESSO MINERÁRIO

Cinco meses antes do desastre, a Amagis realizou, em Belo Horizonte, o I Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária. Quatrocentos magistrados participaram dos três dias do encontro (24 a 26 de junho), que teve como

objetivo aprimorar a formação de juízes e desembargadores em relação à questão minerária.

Entre os temas debatidos durante o congresso, estavam a “Mediação de Conflitos Ambientais”, “Conflitos Sócio-Ambientais na Mineração” e “A responsabilidade Penal das Mineradoras”, esse último ministrado pelo presidente da Amagis.

No dia 21 de outubro, como parte das comemorações dos 60 anos da Associação, a diretoria lançou um livro com a transcrição de todas as palestras proferidas durante o congresso sobre exploração minerária. A publicação foi enviada aos magistrados e está disponível para download, em formato PDF, no site amagis.com.br, no link comunicação. ●

INTERESSE PÚBLICO

Destaques do Via Justiça e Pensamento Jurídico na TV

VIA JUSTIÇA

Fotos: Fernanda Marques

**FEMINICÍDIO**

O Via Justiça vai repercutir o “Mapa da Violência Contra Mulheres”, que foi divulgado no mês de novembro, pelo Governo Federal. A pesquisa mostrou que, em dez anos, o número de homicídios de mulheres negras cresceu 54%. Para discutir sobre o assunto, convidamos a juíza Simone Saraiva de Abreu, da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, e Cibele Cristiane Maffia, defensora pública. (Foto)

ESTATUTO DO DESARMAMENTO

O Via Justiça discute as mudanças no Estatuto do Desarmamento. Uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou alterações que revogam o Estatuto, uma delas é a redução de 25 para 21 anos a idade mínima dos que podem comprar arma de fogo. Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz José Honório de Rezende, da 1ª Vara Criminal, Infância e Juventude de Ibitiré, e o advogado Eliézer Jonatas.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS

O Via Justiça destaca o trabalho da Coordenadoria da Infância e da Juventude e o livro “Conte sua História”, lançado por ela. Na oportunidade, o programa irá fazer uma análise da situação atual das crianças e adolescentes em abrigos institucionais e em situação de risco, e as perspectivas em relação a esses adolescentes. Os convidados, desembargador Wagner Wilson Ferreira, superintendente da COINJ, e a psicóloga judicial Rosilene Miranda Barroso comentam o assunto.

CRISE MIGRATÓRIA E O DIREITO INTERNACIONAL

O Via Justiça pretende refletir sobre a crise migratória na Europa e demais regiões do mundo à luz do Direito Internacional contemporâneo. Participam do programa o presidente do Centro de Direito Internacional, Leonardo Nemer Caldeira Brant, e o advogado Antônio Nohmi. Como a crise migratória está acontecendo na União Europeia, Europa Oriental, Balcãs, Oriente Médio e Sudeste Asiático? Não perca! ●

ASSISTATV Assembleia
Sexta-Feira, às 23hTV Justiça
Sábado, às 15h30TV Comunitária
Sexta-Feira, às 23h30**PENSAMENTO JURÍDICO****20 ANOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS**

Além da proximidade com o cidadão, o maior benefício dos Juizados Especiais, nos últimos 20 anos, foi o acesso dos consumidores à Justiça. No ano passado, foram feitos 7,2 milhões de processos, dos quais 6,7 milhões trataram de causas de até 40 salários mínimos. Quais os desafios dos Juizados Especiais? Quem responde a essas perguntas é o coordenador do Juizado Especial de Belo Horizonte, juiz Marcelo Rodrigues Fioravante. (Foto)

DIREITO DO IDOSO

Estudo mostra que o número de brasileiros com mais de 60 anos vai dobrar nas próximas décadas. Onze anos depois de mudanças na lei, seus direitos são pouco conhecidos e a violência cresce contra eles. Para falar sobre o direito dos idosos, convidamos o juiz Renato Luiz Faraco, da 20ª Vara Cível de Belo Horizonte. Além dos familiares, as financeiras e bancos também representam risco aos idosos. Como lidar com os abusos e violações? Assista!

CENTRASE

Estudos do Banco Mundial apontam que a maioria dos processos de execução civil não chega ao fim. Para dar mais eficácia, a Comarca de Belo Horizonte instalou a Central de Cumprimento de Sentença. A Central vai processar e julgar, em regime de cooperação, os processos originários das varas com competência cível que estejam em fase de cumprimento de sentença. O nosso convidado, juiz Ricardo Torres Oliveira, coordenador da Centrase, fala sobre o assunto. Assista!

10 ANOS DA LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Menos de 10% das empresas que entram em recuperação judicial voltaram a operar normalmente. De acordo com o Instituto Nacional da Recuperação Empresarial, a quantidade de empresas que efetivamente saíram da recuperação e voltaram a operar chega a 5%. Que avaliação podemos fazer dos 10 anos da Lei de Recuperação Judicial? Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz Ronaldo Claret de Moraes, da 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte. ●

ASSISTATV Justiça
Sábado, às 18h30TV Comunitária
Sábado, às 22h

DESCANSO

Colônias oferecem privacidade e conforto nas férias

Bruno Gontijo

**Colônia de Nova Viçosa oferece infraestrutura completa aos associados**

Para além dos atrativos naturais e culturais – praias, instâncias hidrominerais, parques ecológicos e monumentos históricos – os associados que frequentam as Colônias de Férias da Amagis encontram, em cada uma das unidades, uma infraestrutura capaz de lhes dar conforto e privacidade em um ambiente familiar.

Em Nova Viçosa, no Sul da Bahia, a Amagis possui 22 apartamentos duplex e 12 casas em uma área verde de 50 mil metros quadrados, na qual os visitantes têm à sua disposição piscinas, restaurante, playground, sauna seca e um salão de jogos.

No litoral paulista, em Ubatuba, os associados podem passar as férias em uma das seis casas da Associação no Condomínio Del Mar, que possuem três quartos, sendo duas suítes, sala

com TV, cozinha equipada, churrasqueira e uma piscina na área comum para aqueles que preferirem ficar no condomínio.

Em Caldas Novas (GO), a Amagis oferece 12 apartamentos no Hotel Di Roma Resort, com piscinas termais, piscina de hidromassagem, toboágua, sauna natural, além de outros dois apartamentos no Residencial Império Romano, onde há piscinas quentes e frias, quadras de tênis e poliesportiva, e área ecológica preservada.

Na colônia de Ca-xambu (Sul de Minas), os visitantes encontram toda a infraestrutura de hospedagem e lazer oferecida nas outras unidades, e têm ao seu dispor uma lareira que deixa o ambiente mais aconchegante. Em Cabo Frio (RJ), são oito apartamentos equipados no edifício Nautilus II. ●

CAMPEONATO DA AMB

Juiz mineiro é artilheiro de torneio em Santa Catarina

Com seis gols em três partidas, uma média de dois por jogo, o juiz Cláudio Roberto Domingues, ao lado do juiz André Ricardo, do Mato Grosso do Sul, recebeu o troféu de artilheiro do 23º Campeonato Nacional de Futebol da AMB – Categoria Livre, realizado em Florianópolis (SC), dos dias 25 a 28 de novembro.

Essa foi a primeira vez que o magistrado, bem como os juizes Edson Alfredo Sossai Regonini, Cláudio Roberto Domingues Junior, Glauco Rodri-

gues Becho e Tiago dos Santos Pinto, participou de um torneio nacional da AMB. Com 16 atletas, o time da Amagis caiu no chamado 'grupo da morte' (Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão) e, com duas vitórias e uma derrota, não conseguiu avançar na disputa.

Os donos da casa conquistaram o título; os paranaenses ficaram com a segunda colocação e a equipe fluminense na terceira posição. O time da Amagis foi formado ainda pelos magistra-

crédito

**Time da Amagis foi formado por 16 jogadores pela primeira vez**

dos Lourenço Migliorini, Thiago Gandra, Pedro Guimarães Pereira, Fabrício Simão, Felipe Manzanares,

Arilson Assunção, Célio Marcelino, Armandinho Domingues, Carlos Henrique Trindade, Wagner Sana, Marcelo

Segato e José Roberto Poiani, e treinado pelo técnico Fernando Sobreiro e auxiliar técnico José Luiz Oliveira. ●

Com a chegada do Natal e do Ano Novo, o tempo é de celebrar as conquistas de 2015 e dos 60 anos da Amagis, com a certeza de que, em 2016, avançaremos mais.

Aos (as) Magistrados (as), pensionistas e familiares, um Feliz Natal e um 2016 de realizações, muita saúde e paz.

Herbert Carneiro
Presidente da Amagis



(Desembargador João Quintino Silva)



Tempo Natalino

Caríssimos leitores,
Nesta quadra de oração
Que congrega todo o povo,
A vocês, a quem prezamos,
Nossos votos enviamos
De um NATAL de luz e afetos,
De prospérrio ANO NOVO
Com sucesso em seus projetos,
Muita paz no coração.

Ruane Manning



Os interessados em participar da Coluna Pós-Litteratura, sob responsabilidade do desembargador João Quintino, devem encaminhar e-mail para imprensa@amagis.com.br ou ligar para (31) 3079-3453. Participe!

IMPOSTÔMETRO

Carga tributária: Brasil campeão da América Latina

DESEMBARGADOR TARCÍSIO
MARTINS COSTA

Na época medieval, camponeses e agricultores entregavam parte de suas colheitas, e pastores, algumas de suas criações para reis e príncipes. Em troca, lhes prometiam segurança e estradas para o transporte de mercadorias. Segundo se especula, o imposto foi organizado formalmente em Atenas e Roma, em troca de serviços públicos, como formas primitivas de saneamento básico - distribuição de água e valas de esgoto, etc, até monumentos públicos e patrocínio na área da cultural. O fundamento ideológico, portanto, sempre foi a permuta por serviços, nem sempre prestados pelos monarcas. Daí a revolta do contribuinte que considerava o tributo sinônimo de extorsão, quase sempre recolhido manu militari. Bem ilustrativa a expressão “Santa do pau oco”, que surgiu através dos exploradores de terra, especialmente os mineiros. Consistia em esconder dentro de estátuas religiosas de santos, entalhadas na madeira, ouro e pedras preciosas, para fugir de sua cobrança. A isso, atualmente, se chama sonegação, tipificada como crime punido com prisão e multa.

No Brasil, paga-se muito, e os serviços obtidos em troca são da pior qualidade, quando existentes. Bem por isso, a carga tributária, que, em 2014, representou 33,47 % do PIB,

tem sido considerada um verdadeiro assalto. Em outras palavras, os brasileiros desembolsaram R\$ 1,84 trilhão em tributos no ano passado, considerando os valores arrecadados pela União, estados e municípios. Houve queda em relação a 2013, pelo desempenho negativo da economia, segundo a Receita Federal.

Na comparação internacional, os dados de 2013, os únicos disponíveis para esse tipo de análise, feitos com base em estatísticas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), o Brasil ostenta a maior carga tributária da América Latina, porém abaixo da média mundial, mas superior aos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, que oferecem serviços de primeiro mundo.

Na análise por entes federativos, a União embolsou R\$ 1,2 trilhão em tributos, os estados e municípios engordaram seus cofres públicos com R\$ 463,3 bilhões e R\$ 114,3 bilhões, respectivamente. Os últimos beneficiados pelo setor de serviços, que se mantiveram aquecidos. Na sequência do ranking do segmento de bens e serviços, estão os salários (25%) e a renda (18%).

No momento em que o governo federal pretende ressuscitar a finada CPMF, é bom lembrar o grande número de tributos cobrados no País em suas três esferas. Por tributo, entende-se toda prestação pecuniária

Jeff Belmont



compulsória em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada – art.3º do Código Tributário Nacional - CTN.

Nos termos do artigo 145 da nossa Constituição Federal e do artigo 5º do CTN tributos são a) impostos; b) taxas, cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição; c) contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

As contribuições parafiscais ou especiais integram também o sistema tributário nacional, já que a nossa Constituição Federal ressalva quanto à exigibilidade da contribuição sindical (art.

80, inciso IV, CF), das contribuições previdenciárias (artigo 201 CF), sociais (artigo 149 CF), para a seguridade social (artigo 195 CF) e para o PIS – Programa de Integração Social e PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (artigo 239 CF)

Os empréstimos compulsórios, a seu turno, são regulados como tributos, conforme artigo 148, da Constituição Federal, que se insere no Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional.

Baseado nos conceitos constitucionais e do Código Tributário Nacional, no espaço limitado desta coluna não cabe a lista de quase uma centenas de tributos vigentes no Brasil que, como a lama das barragens e seus rejeitos tóxicos, destroçam orçamentos familiares, varrendo o bolso do contribuinte, sem dúvida, a parte mais sensível do corpo humano. ●

ALGUNS TRIBUTOS DO BRASIL

- Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM - Lei 10.893/2004
- Adicional de Tarifa Aeroportuária - ATA - Lei 7.920/1989
- Contribuição à Direção de Portos e Costas (DPC) - Lei 5.461/1968
- Contribuição à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional - CCCCN - art. 11 da Lei 7.291/1984
- Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT - Lei 10.168/2000
- Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), também chamado “Salário Educação” - Decreto 6.003/2006
- Contribuição ao Funrural - Lei 8.540/1992
- Contribuição ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Lei 2.613/1955
- Contribuição ao Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa (Sebrae) - Lei 8.029/1990



*Que o Natal seja de Paz,
Confraternização e um **Novo Ano**
de União entre os Povos!*

Acesse: www.grupocredito.com.br - E-mail: fernando@grupocredito.com.br - Tel: (37) 99947 - 7742 / (37) 3402 - 5005 / (31) 99962 - 0500



lucasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



jonasleiloeiro.com.br

*Que a magia do Natal lhe faça lembrar de todos os seus sonhos
e que a esperança de um Ano Novo lhe traga vontade de realizá-los.*

Contato (37) 3242-2218 - (37) 99862-5659

PREVENÇÃO

Amagis Saúde participa da campanha Novembro Azul

Tiago Parrela

Estimativa do Instituto Nacional do Câncer prevê o aumento de 60% dos casos de câncer de próstata no Brasil neste ano. Atenta a essa realidade, a Amagis Saúde abraçou a campanha Novembro Azul e promoveu, no dia 13 de novembro, uma ação de conscientização no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, distribuindo sacolas de lixo automotivo com as cores e o bigode símbolo da campanha. O desembargador Maurício Soares, vice-presidente de Saúde da Amagis, participou da entrega do material.



Magistrados participam de ação educativa promovida no Fórum Lafayette

As iniciativas não se limitaram à campanha educativa. Em novembro, a Amagis Saúde isentou os associados da cobrança da taxa de coparticipação para a realização do exame de PSA (antígeno prostático

específico, na sigla em inglês). A combinação dessa técnica com o exame clínico de toque retal é considerada a forma mais eficaz de combate ao câncer de próstata.

Apesar de a prevenção ser considerada

simples, o preconceito ainda dificulta a detecção precoce da doença e faz do câncer de próstata o sexto tipo da doença mais comum no mundo, e o de maior incidência nos homens. ●

DICAS DA AMAGIS SAÚDE:

USO DA CARTEIRA DO PLANO DE SAÚDE AGILIZA ATENDIMENTO



Para garantir um atendimento sem burocracia e mais ágil, é importante que o usuário da Amagis Saúde tenha em mãos a carteira de identificação emitida pelo plano, que deverá ser apresentada juntamente com um documento oficial de identidade. O mesmo procedimento deve ser adotado caso o associado precise usar alguma rede credenciada terceirizada.

Caso o usuário não esteja portando a carteira de identificação do plano, ele deverá entrar em contato com o setor

de atendimento da Amagis Saúde para que a autorização seja providenciada. O credenciado também pode entrar em contato com a Amagis Saúde para que o serviço seja liberado.

O setor de atendimento da Amagis Saúde funciona de segunda às sextas-feiras, de 7h às 19h; aos sábados, de 8h às 13h15, pelos telefones (31) 3079-3478, (31) 3079-3479, (31) 3079-3480 e (31) 3079-3481. Após as 13h15, o atendimento é feito no sistema plantão, pelo telefone (31) 9977-2860, incluindo feriados. ●

EXCELÊNCIA RECONHECIDA

Unidas homenageia Amagis Saúde



Marina Shizuko com o prêmio da Amagis Saúde

A Amagis Saúde foi homenageada durante o 18º Congresso da União Nacional das Instituições de Auto Gestão em Saúde (Unidas), realizado dos dias 29 de novembro a 1º de dezembro, em Campinas (SP), por ter recebido a nota máxima da edição 2015 do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar da Agência Suplementar de Saúde.

Das 130 filiadas à Unidas, 32 receberam o reconhecimento pela excelência em autogestão da saúde. O tema do congresso foi os "Cenários Atuais da Saúde e Novos Rumos para o Setor". A coordenadora da Amagis Saúde, Marina Shizuko, participou da conferência a fim de aplicar as metodologias mais avançadas no setor da Amagis Saúde. ●

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Diretoria da Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Desembargador Maurício
Torres Soares

Diretor de Saúde
Desembargador Edison
Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel
Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG
Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juizes da Capital
Maria Luíza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juizes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelmo Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgina Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

GESTÃO PARTICIPATIVA

Conselho Gestor faz balanço positivo de 2015

Georgia Baçvaroff



Conselho Gestor de Saúde reunido na sede da Amagis, em BH

Com a atribuição de definir políticas, metas e estratégias da Amagis Saúde, o Con-

selho Gestor reúne-se mensalmente para definir as ações relacionadas ao plano de saú-

de dos magistrados. No último encontro deste ano, realizado no dia 23 de novem-

bro, o vice-presidente de Saúde, desembargador Maurício Soares, agradeceu aos colegas pela dedicação à Amagis Saúde.

Nesses quase três anos, além de observar questões específicas dos associados, o Conselho Gestor debateu e deliberou sobre temas importantes como a criação do Amagis Saúde Grupo de Estados, que, hoje, conta com 2 mil beneficiários, a criação do portal da Amagis Saúde, acompanhou de perto

a gestão financeira do plano, a capacitação dos funcionários e adoção dos mais avançados sistema de dados, a fim de manter o selo de excelência do plano, conforme já reconhecido oito vezes consecutivas pela ANS.

Durante a reunião, os membros do Conselho Gestor decidiram ainda reunir-se extraordinariamente na Amagis Saúde em casos prioritários, mesmo que estejam no período de recesso. ●

ON-LINE

Site facilita consulta aos credenciados

Lançado com o objetivo de agilizar o atendimento ao usuário, o novo portal da Amagis Saúde (amagissaude.com.br) oferece em sua página principal uma ferramenta de consulta à rede credenciada do plano, composta por 2 mil prestadores de serviço.

O recurso está disponível do lado direito das principais páginas do site, para que o associado possa fazer a consulta a qualquer momento sem que tenha de dar vários cliques para

acessar o mecanismo. A pesquisa pode ser feita a partir da escolha da cidade, bairro, tipo de estabelecimento, especialidade e o nome do prestador de serviço.

Outra vantagem da ferramenta é a atualização em tempo real da inclusão e exclusão de novos prestadores de serviço. Essa medida impede que a relação disponibilizada aos associados fique desatualizada.

A pesquisa à rede credenciada específica do plano Grupo de

Estados também está disponível no portal. Para acessar essa opção, o internauta deve selecionar na opção “Rede Credenciada”, na barra superior do menu do site, e clicar no botão “Rede Credenciada Grupo de Estados”. O usuário será direcionado para uma nova página, na qual terá o link para os sites da Cabesp (São Paulo) e Caberj (Rio de Janeiro), e orientações de como fazer a pesquisa dos prestadores de serviço das duas operadoras de saúde. ●

Encontrar Credenciado

MINAS GERAIS

— Cidade — (opcional)

— Bairro — (opcional)

— Tipo de Estabelecimento — (opcional)

— Especialidade — (opcional)

— Nome do Prestador — (opcional)

Pesquisar

Campo de busca dos credenciados no site